



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

e-mail: licitacao@santanadodeserto.mg.gov.br

TEL: (32) 3275-1052 / 3275-1094 / 3275-1150

Praça Mauro Roquete Pinto, 01 – Centro - CEP: 36.620-000 – Santana do Deserto - MG

Município de SANTANA DO DESERTO

Processo licitatório nº 051/2021

Modalidade de Dispensa nº 039

PARECER

RELATÓRIO

Em atendimento ao parágrafo único do art. 38, VI da lei federal nº8666/93, consulta-me o a Comissão Permanente de Licitação se a Licitação nº 051/2021, na modalidade de Dispensa nº 039 devidamente instaurada transcorreu adequadamente, considerando os atos até então praticados que indicam a empresa DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ODONTOVENSE LTDA - MATRIZ como responsável pela realização do seguinte objeto: AGENTE DE UNIÃO 2.1 - 4ML MONOCOMPONENTE COM LIBERAÇÃO DE FLÚOR, FRASCO ÚNICO, CONTENDO RESINAS ELASTOMÉRICAS E ACÉTONAS COMO SOLVENTES, BAIXA VISCOSIDADE E ALTO PODER DE PENETRÇÃO, POSSIBILIDADE DE PRESA SUAL: 1 UND; AGULHA GENGIVAL DESCARTÁVEL CALIBRE 30G, CURTA EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA E TRISELADA, CAIXA COM 100UND; ALVEOSON - IODOFORMIO, VASELINA SOLIDA, PARAMONOCLOROFENOL, CONFORADO, FENOL - 10G; ANESTÉSICO LOCAL INJETAVEL A BASE DE PRILOCAÍNA COM FELIPRESSINA 0,003UI/ML. EMBALAGEM COM 50, 1,8ML CADA; BROCA CIRÚRGICA ZEKRYA DE ALTA ROTAÇÃO 23MM; BUBINA DE PAPEL PARA ESTERILIZAÇÃO 100MM X 100M; BUBINA DE PAPEL PARA ESTERILIZAÇÃO 200MM X 100M; BUBINA DE PAPEL PARA ESTERILIZAÇÃO 50MM X 100M; CIMENTO DE FOSFATO DE ZINCO LÍQUIDO 10ML: ÁCIDO FOSFÓRICO, HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, OXIDO DE ZINCO E VEÍCULO AQUOSO; FRASCO 10ML; CIMENTO PROVISÓRIO PARA FECHAMENTO TEMPORÁRIO DE CAVIDADES DENTAIS S/ EUGENOL. POTE COM 25G EM VERSÃO NORMAL OU COM FLÚOR; EUGENOL; FIO AGULHADO SEDA 3.0MT 1/2 CIRC TRG 1,7CM ESTÉRIL - 45CM - CX COM 24 UND; FIXADOR P/ RADIOGRAFIA ODONTOLOGICA FRASCO DE 475ML; FORMOCRESOL; HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PA; EMBALAGEM C/ 10G; IODOFÓRMIO EM PÓ PARA USO ODONTOLÓGICO - 10G; IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO, KIT CONTENDO 1 FRASCO DE PÓ C/ 10G, 1 FRASCO DE LÍQUIDO; PARAMONOCLOROFENOLCANFROADO 20ML; RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A2 (NÃO RECEBEMOS, DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA1). RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, C/ 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZICORNIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4µm E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I, II, III, IV, V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS: ESMALTE; RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A3 (NÃO RECEBEMOS, DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA1). RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, C/ 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZICORNIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20NM E NANOAGLOMERADOS DE 0,6 A 1,4µm E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I, II, III, IV, V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS: DENTINA; REVELADOR PARA RADIOGRAFIA ODONTOLOGIA FRASCO DE 475ML; ROLO DENTAL DE ALGODÃO Nº2 C/ 100UND;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

e-mail: licitacao@santanadodeserto.mg.gov.br

TEL: (32) 3275-1052 / 3275-1094 / 3275-1150

Praça Mauro Roquete Pinto, 01 – Centro - CEP: 36.620-000 – Santana do Deserto - MG

ODONTO CIRURGICA JUIZ DE FORA LTDA como responsável pela realização do seguinte objeto: ANESTÉSICO LOCAL INJETAVEL A BASE DE MEPIVACAÍNA 3%, SEM VASOCONTRITOR 1:100.00, TUBETES COM 1,8ML, EMBALADO EM CAIXA COM 50 TUBETES; BUBINA DE PAPEL PARA ESTERILIZAÇÃO 80MM X 100M.

Acompanhou o pedido o respectivo processo licitatório, contendo todos os seus documentos e atos formalizados até a presente data.

Lidos e analisados os autos, passo a opinar.

FUNDAMENTOS

A licitação é um procedimento administrativo formal que tem por escopo proporcionar à Administração uma aquisição, uma venda ou uma prestação de serviços da forma mais vantajosa, respeitando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, proibição administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, consoante se extrai do art. 3º, caput, da lei federal nº8666/1993.

Ainda que tal imposição seja tomada por regra no que diz respeito às obras, serviços e aquisições do Poder Público, não se poderia jamais considerá-la de forma absoluta, uma vez que nem sempre se verifica sua utilidade na satisfação do interesse público, razão pela qual o legislador definiu as hipóteses em que a Administração pode deixar de realizar o certame, quais sejam, a licitação dispensada (art. 17), a licitação dispensável (art. 24) e a licitação inexigível (art. 25).

O caso em tela retrata uma das hipóteses de licitação dispensável, ou, de outro tom, aquela que, divergentemente da licitação dispensada, não foi imposta ao administrador, deixando-lhe certa margem de discricionariedade para decidir sobre a conveniência e a oportunidade em realizar uma contratação direta. Cabível, por oportuno, colacionar o lúcido entendimento de Jessé Torres Pereira Júnior em Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, Renovar, p.150:

"A par de exauriente, o elenco de situações em que a licitação é dispensável apresenta-se com característica de reservar à Administração discricionariedade para decidir, em face das circunstâncias do caso concreto, se dispensa ou não o certame. Mesmo em presença de hipótese em que a dispensa é autorizada, a Administração pode preferir proceder à licitação, se tal atender superiormente ao interesse público."

Repise-se que, nos casos relacionados pela legislação, há certa margem de discricionariedade para a dispensa ou não do certame, devendo-se priorizar, sempre, o interesse público, o que se verifica no caso sob comento, senão, veja.

O artigo 24, inciso II da lei federal nº8666/1993 estabelece expressamente:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

A análise formal dos atos praticados demonstra que o caso em análise se amolda ao inciso acima transcrito, calhando registrar o zelo da comissão ao realizar cotação prévia



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO DESERTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

e-mail: licitacao@santanadodeserto.mg.gov.br

TEL: (32) 3275-1052 / 3275-1094 / 3275-1150

Praça Mauro Roquete Pinto, 01 – Centro - CEP: 36.620-000 – Santana do Deserto - MG

de preços, optando-se pelo menor de sorte a preservar o interesse público. De tal sorte, a contratação a ser efetivada, repise-se, concretiza uma das hipóteses de dispensabilidade do certame, justificando-se tal hipótese também pelo fato do custo de um procedimento licitatório ser, às vezes, superior ao benefício que dele poderia ser extraído, conflitandose, por consequência, com o princípio da economicidade.

Não visualizo nenhum outro incidente ou ato praticado que fuja a normalidade e, por conseguinte, não noto nos elementos a mim submetidos qualquer indício de irregularidade, razão pela qual considero adequados os atos praticados, frente às prescrições da lei federal nº8666/1993.

CONCLUSÃO

Como estão satisfeitos os aspectos legais analisados, o feito pode ser devidamente homologado, lembrando que deverá merecer a divulgação na forma prevista no art.26 da lei federal nº8666/1993.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

SANTANA DO DESERTO, 15 de abril de 2021.

Renata Palhares Rodrigues
OAB RJ 167.580
Assessor Jurídico do Município